

## PEDAGOGIA SOCIAL: A FORMAÇÃO DO EDUCADOR SOCIAL E SEU CAMPO DE ATUAÇÃO

*João Clemente de Souza Neto*<sup>1</sup>

### RESUMO

O contexto de ação do educador social, caracterizado pela ação de grupos ideológicos e organizados, disputas políticas e religiosas, experiências de injustiça, perdas e frustrações, exige dele capacidade de intervir pedagogicamente na realidade e de mediar relações, para abrir perspectivas de desenvolvimento individual e social. O educador transmite normas e valores, mas também atua no sentido de preparar para superar conflitos, sofrimentos e tensões. Sua capacidade criativa e seu modo de intervenção constituem um tecido social que ajuda a compreender e a extrair forças libertadoras de uma realidade multiforme, contraditória e desafiadora. Acreditamos que a pedagogia social é a área do conhecimento mais adequada à formação do educador social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educador social. Pedagogia social. Forças libertadoras.

O modo pelo qual o educador social acessa o universo das relações sociais e dele se apropria e participa está imbricado com sua inclinação para o sonho, a esperança, o desejo de transformação, seu compromisso ético e suas experiências de vida. Sua capacidade criativa e seu modo de intervenção constituem um tecido social que ajuda os sujeitos envolvidos a

---

<sup>1</sup> Mestre, doutor e pós-doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP; pesquisador e professor na Universidade Presbiteriana Mackenzie; pesquisador e professor no Centro Universitário FIEO. É membro do Instituto Catequético Secular São José, vice-presidente da Ages, Associação Civil *Gaudium et Spes*, e agente da Pastoral do Menor da Região Episcopal Lapa, São Paulo, instituições que defendem os direitos da criança e do adolescente. End. Eletrônico: [j.clemente@uol.com.br](mailto:j.clemente@uol.com.br)

compreender e a extrair forças emancipadoras de uma realidade multiforme, contraditória e desafiadora.

O processo de formação e o campo de atuação do educador social são caracterizados por embates ideológicos, ações de grupos organizados, contendas políticas e religiosas, experiências de injustiça, perdas e frustrações. Tal contexto sociopolítico exige dele capacidade de se apropriar da realidade e nela intervir pedagogicamente, de mediar relações entre indivíduos, famílias e instituições, de modo a abrir perspectivas para o bem-estar individual e social.

O educador transmite um conjunto de normas, valores e regras, mas também atua no sentido de preparar os educandos para lidar com seus sofrimentos, conflitos e tensões, buscar sua libertação e a de seus companheiros. Uma postura relacional do educador pressupõe uma politicidade comprometida com o ressignificar das vidas e representações da criança e do adolescente em situação de vulnerabilidade.

## **PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO SOCIAL**

A discussão sobre educação social aparece de forma relutante a princípio, quando se busca o sentido do adjetivo social, que remete, segundo nosso entendimento, à questão da desigualdade social. Neste caso, falamos da educação voltada aos sujeitos em situação de conflito e vulnerabilidade social, abrigados ou privados de liberdade. A estes se podem acrescentar os sem-terra, sem-teto, migrantes, os desempregados, em síntese, os desfiliaados (CASTEL, 2001).

Antes de outras considerações, é preciso compreender a dimensão social no contexto da história e das contradições sociais, para além de concepções fundadas em causa e efeito. O ser social extrapola os elementos puramente naturais e

incorpora dados da cultura, da psicologia e outros. Nesse sentido, a degradação das conquistas sociais e do mundo do trabalho e a precarização da vida reativam as discussões sobre a educação social.

Às expressões educação não formal, ambiental, sanitária, da mulher, para o trânsito e a cidadania, religiosa, de pessoas em situação de vulnerabilidade, privadas da liberdade e outras preferimos usar a terminologia educação social. Não a assumimos como panaceia ou como a única voltada para a emancipação. Como as demais formas de educação, também ela pode ser alienante, burocrática, classista, uniformizadora.

Refletir sobre a educação social requer uma compreensão da ontologia do ser social. O ser humano não se pode reduzir a uma coisa ou a uma mercadoria. De modo algum é um objeto passivo, um mero receptor de informações e comandos. A subjetividade e a capacidade de sonhar escapam aos planejamentos burocráticos e aos aprisionamentos absolutos. A vocação do sujeito é para a convivência, o diálogo, a liberdade, a criatividade, o aprender a lidar com o contexto social.

O ser social, entendido como grupos, movimentos, organizações, e mesmo o sujeito, é o protagonista da educação social. Filósofos e sociólogos do século XX produziram diferentes textos sobre a ontologia do ser social como um ser emergente de um contexto social. A perspectiva ontológica que assumimos segue a trilha de Marx, Gramsci, Lukács, Dussel, Makarenko e Freire. Eles nos proporcionam uma ontologia pela ótica da alternatividade alterativa, na qual o sujeito, mais do que um feixe de carecimentos, é aquele que dá respostas, que busca e constrói a liberdade no âmbito da práxis.

A esfera social, segundo Lukács, só pode ser corretamente conceitualizada na medida em que se levem em conta, simultaneamente, a ação criadora da práxis humana,

formuladora e implementadora de projetos, por um lado, e, por outro, a presença de determinações causais, tanto as *postas* pela natureza externa e interna do homem, quanto as *respostas* pelos resultados da própria ação teleológica (COUTINHO, 1994, p. 149).

Inferimos que o conhecimento deve se desenvolver a partir da vida e com a vida. Sua razão de ser é responder às indagações colocadas pelo cotidiano. Na vida, “[...] somos obrigados a nos comportar espontaneamente de modo ontológico. A passagem à cientificidade pode tornar consciente e crítica essa inevitável tendência da vida, mas pode também atenuá-la ou mesmo fazê-la desaparecer” (LUKÁCS, 1979, p. 24).

A educação social ocorre em contextos sociais diferenciados e está estreitamente vinculada à realidade de exclusão, marginalização e conflito social, desvio e abandono. Procura oferecer respostas positivas a milhares de pessoas vítimas de processos de injustiça social, especialmente de violações de direitos. De uma forma ou de outra, ela rejeita algumas práticas da escola que buscam explicar a conduta dessa população pela ótica de um déficit de socialização primária e mesmo secundária, como se o processo de socialização ocorresse num único momento da vida e não ao longo da existência humana.

## COMPREENDER A REALIDADE SOCIAL

A finalidade da educação social é ajudar a compreender a realidade social e humana, melhorar a qualidade de vida, por meio do compromisso com os processos de libertação e de transformação social nos quais vivem ou sofrem as pessoas. O processo de participação ajuda a adquirir formas de lidar com as dificuldades e sofrimentos, de lutar para melhorar as condições de vida.

A educação social busca formar integralmente o sujeito. Além da família e da escola, essa formação prossegue ao longo da vida. Nesse campo, um dos desafios é preparar para viver e conviver, articular a liberdade do sujeito, diante das diferenças culturais, o que supera, e muito, uma formação cognitiva. A vida é complexa e a convivência humana impõe limites.

A educação deve preparar o sujeito não só para conhecer e interpretar os fatos, mas também para aprender a ser e a conviver nas diferentes culturas. A ciência educacional está, porém, muito longe de descobrir os mistérios da vida e da convivência humana, pois os fatos educacionais se apresentam sempre no campo dos sintomas. Suas causas e desdobramentos tendem a se revelar mediante a práxis, a pesquisa e o estudo.

Práticas e questionamentos permitem localizar saídas e teorizar sobre a realidade. Com isso é possível “[...] ir além das aparências imediatas, desvelar, refletir, discutir, estudar criticamente, buscando conhecer melhor o tema problematizado [...], voltar à prática para transformá-la com referências teóricas mais elaboradas e agir de modo mais competente [...]” (FREIRE, apud GRACIANI, 1999, p. 204).

Num contexto de diferentes saberes e culturas, a educação social abre ao sujeito perspectivas para encontrar o sentido da vida, essencial à realização do ser humano. Não é suficiente ensinar como funcionam o corpo humano, a máquina, o Direito, a sociedade, a escola, as estruturas sociais, segundo um modelo mecanicista, composto de elementos passivos e mortos. É necessário introduzir o sujeito na pulsação da vida, seja pessoal, seja social.

## VALORIZAR O SUJEITO

A educação social não se limita ao desenvolvimento cognitivo e de habilidades individuais. Ela dá primazia ao sujeito mergulhado nos dramas sociais, chamado a responder às exigências da vida e a encontrar um sentido existencial. Educadores sociais, programas sociais e políticas públicas devem assumir como pressuposto essa valorização dos atributos do sujeito. O sujeito possui a potencialidade de apropriar-se de parcelas do imenso oceano de conhecimento construído pela humanidade e de transformá-las.

A educação social leva em conta o desenvolvimento físico, moral, estético e intelectual do sujeito e de grupos em conflito social, marginalizados, com dificuldades econômicas e que necessitam desenvolver processos de convivência e aprendizagem. Ela é uma estratégia possível para dirimir os processos de reprodução da desigualdade e das mazelas sociais. Parece óbvio que a ação dos sujeitos envolvidos e o sentido da vida não são dados, mas construídos, e materializam-se num contexto social determinado.

Portanto, somente será possível pensar uma prática emancipadora quando se levar em conta o protagonismo do sujeito. Entretanto, tanto quanto o sentido da vida, o protagonismo é, frequentemente, relegado a um segundo plano. O que prevalece, sobretudo nas escolas, é preparar o sujeito para ser produtor e consumidor do mercado. Tudo se transforma em estruturas de concreto, metal, plástico e vidro, para garantia do consumo, ainda que isso prejudique a vida das pessoas e do planeta.

Na sociedade reificada, os valores da solidariedade e do amor ao próximo se convertem em instrumentos mercadológicos. Entre as vítimas desse sistema, tratadas como coisas,

destacam-se os adolescentes e as crianças. É esse o desafio com que se defrontam a pedagogia social e a educação social: desreificar as categorias educacionais e *desideologizar* as práticas sociais. As relações humanas e o sujeito não são coisas e nem mercadorias. São vidas em busca da liberdade e da realização.

Nas sociedades tradicionais e mesmo na sociedade industrial, a família e a escola eram as agências privilegiadas da educação da criança e do adolescente, em vista de um processo de socialização. Nas sociedades contemporâneas, diversas agências e organismos influenciam a socialização. A essas mudanças se acrescentam as transformações sociais, tecnológicas e econômicas, a fragmentação das instituições, metateorias e religiões. A humanidade não adota mais um único modelo institucional ou explicativo, portador de uma verdade que responda ao agir humano.

### **CONSIDERAR A COMPLEMENTARIDADE DOS ESPAÇOS DE CONSTRUÇÃO DO SABER**

A educação social não se opõe à educação escolar e nem mesmo à educação não formal. Ela supera essa ambivalência, em vista de oferecer respostas às novas exigências sociais e descobertas. Na contemporaneidade, a educação extrapola a relação entre o educando e o educador. É notório que os ambientes educacionais exercem uma determinada influência na formação do sujeito, a exemplo dos museus, cinemas, a rua, os meios de comunicação, a convivência em grupos, sindicatos, partidos, movimentos sociais, ONGs, empresas, igrejas.

A dinâmica social da contemporaneidade tende a evidenciar o papel da pedagogia social e tomar consciência da produção do

conhecimento e das formas de convivência humana das demais instituições cuidadoras e educadoras de crianças, adolescentes e jovens. Essa visão já aparece na obra de Pistrak (2008), publicada originalmente em 1924.

O que propomos é o reconhecimento do saber e da construção de conhecimentos que emergem dos espaços fora da escola e da família. Não há por que existir, por parte da escola, uma certa ojeriza pela educação social ou informal. E nem o contrário. Além disso, não entendemos que exista uma hierarquia entre educação escolar e educação social, pois ambas se completam e estimulam. A educação escolar é essencial para a aquisição do conhecimento e a educação social estimula o sujeito a aplicar os conhecimentos e a transformar a vida.

Uma leitura dos cenários local e global exige dos professores uma superação, no sentido de se dedicarem não só à instrução, à educação escolar, mas também à educação social. O que buscamos enfatizar é que os campos da educação escolar e da educação social “[...] estão cada vez mais entremeados, o que tem muito de positivo. Por isso, já não valem certos maniqueísmos” (TRILLA, 2003, p. 43 ). As denominadas educação não formal, informal e formal se completam e interagem, em vista da formação e construção do sujeito ético e da emancipação da humanidade.

Daí a importância da educação permanente ou ao longo da vida, e que se refaz a cada instante nos espaços de convivência e de aprendizagem. O processo de aprendizagem deve propiciar aos educandos instrumentos para saberem lutar e construir o sentido da vida e da história. Por esse aspecto, a dinâmica da vida se converte numa escola de aprendizagem, o

que nos permite visualizar a coexistência das dimensões escolar e social da educação.

A flexibilidade e a mobilidade permitem à educação social ganhar formas de acordo com o contexto, não por uma postura relativista, mas dialética. Tal situação não significa que ela deixe de cumprir seu papel de

[...] exaltar no indivíduo o que ele tem de especificamente humano, a parcela de ideal que ilumina uma razão de viver mesmo nas piores degradações; enriquecer e fortalecer o acervo comum de conhecimentos, que é como que a nossa terra nutriz, o substrato essencial do nosso devir. Além disso, a educação deve, no âmbito dessa dignidade, preparar tecnicamente, poderíamos dizer, o indivíduo para suas tarefas imediatas. Uma coisa depende da outra [...]. É por isso que insisto tanto na necessidade que temos de encontrar primeiro as grandes linhas da vida que firmarão nossos alicerces e depois nos permitirão construir com audácia e dinamismo (FREINET, 1998, p. 175).

O projeto de educação que defendemos tende a transformar as organizações sociais, a cidade, a sociedade em espaços e territórios educadores. Acreditamos que uma práxis pedagógica revolucionária pressupõe uma teoria pedagógica revolucionária. Esse é um princípio da pedagogia socialista. Por essa lógica, entendemos a educação como um ato político e, portanto, dotado de intencionalidade.

## **HUMANIZAR AS RELAÇÕES**

A educação social busca propiciar ao sujeito o encontro do verdadeiro sentido do ético, do estético, do belo e apresentar-lhe modelos de valores humanos universais. Mais do que um instrumento socializador, a educação social é um meio de humanizar as relações, de levar o sujeito a compreender sua

história, a agir eticamente em certas circunstâncias e a transformar a realidade social. A consciência adquirida nesse processo é obtida pelo enfrentamento de uma sucessão de paradoxos e contradições, que permite a elaboração de uma ética que ultrapassa o sentido técnico e metodológico.

Durante o século XX, organizaram-se de forma mais sistematizada as medidas de proteção, assistência e educação a todos aqueles que estão em conflito com a sociedade, marginalizados, em situação de vulnerabilidade social, sobretudo a família, a criança e o adolescente. Há um axioma, enfatizado por Morin, de que ali onde a tragédia humana acontece, ocorrem também a solidariedade e a criatividade humana. No Brasil, um desses exemplos é a Dra. Zilda Arns, cuja criatividade se revela nas práticas da Pastoral da Criança. Talvez seja por isso que a educação social está ligada à questão dos direitos humanos.

Quando falamos da noção de ética, temos clareza de que a sociedade globalizada é um cenário de possibilidades e impossibilidades que garantem a vida tanto quanto propiciam a morte. É essa a sua contradição. O que estamos propondo é uma educação social circunscrita na utopia da erradicação das diferentes formas de exploração da vida e que permita a convivência na diversidade. Não se trata de um relativismo, e sim de um princípio ético. “A ética vale como forma de reflexão sobre nós mesmos, muito mais que como fonte de conclusões normativas” (OUTEIRAL, 2001, p. 28).

As bases da sociedade contemporânea encontram-se na diversidade, e isso força a criação de uma sociedade de direitos. Crescem exponencialmente os ordenamentos jurídicos, desde a Declaração dos Direitos Humanos na França, em 1789, e, notadamente, a Declaração Universal dos Direitos

Humanos de 1948, em busca de reconhecer os direitos de pessoas, grupos e comunidades.

Hoje dispomos de direitos geracionais, de gêneros, etnias, para todos os segmentos sociais. Isso amplia a visibilidade do campo de atuação da educação social, a ponto de ultrapassar as disjunções das categorias formal e não formal. A educação social não deve ser compreendida mais no campo não formal, não oficial, uma vez que possui base jurídica.

Expoentes da educação social, entre os quais citamos Romans, Petrus, Bernet, Silva, Caliman, Machado, Otto e Fichtner, constataam que a força da educação social está ligada às conquistas dos direitos humanos. Talvez aí resida a importância do adjetivo social ligado à educação, no “[...] contexto da atuação educativa. Neste caso, os contextos sociais são, na realidade, fundamentalmente os contextos educativos não escolares” (TRILLA, 2004, p. 31).

Por uma exigência ética, somos todos convidados a aprender a conviver com as diferenças e múltiplas culturas, a lutar para que nenhum ser vivente tenha seus direitos violados ou negados. A tradição da educação social foi sempre de trabalhar em realidades de marginalização e pobreza, com poucos recursos, o que põe em ação a criatividade dos educadores. A práxis da educação social evidencia as ambiguidades das políticas de assistência social e educacional no processo de acumulação do capital, que absolutiza o desenvolvimento econômico.

A cultura dos direitos humanos se implanta com os objetivos de erradicar práticas discriminatórias, de gêneros, raças, religiões, etnias, nacionalidade e idade; dirimir ameaças de ordem física, moral e psicológica contra a pessoa humana; reduzir a desigualdade social, criar a possibilidade comum de se usufruir

um padrão de bem-estar social e propiciar a cada pessoa o desenvolvimento de suas potencialidades; garantir a liberdade de expressão e de trabalho, sem exploração.

### **ASSUMIR UM PROJETO DEMOCRÁTICO E ÉTICO DE SOCIEDADE**

Segundo nossa perspectiva, a educação social é inviável sem uma postura política. A própria vida possui uma dimensão política. Querer compreendê-la sem essa dimensão é cair numa hipocrisia. Os axiomas e princípios de uma pedagogia social devem nos conduzir a um projeto de sociedade fundado na ética da vida e na democracia. A democracia é muito mais do que um mero instrumento burocrático, constituído de hierarquizações tradicionais, inadequado para responder às necessidades humanas.

De que modo devemos preparar o sujeito para a convivência humana e a construção do conhecimento? A teleologia, o fim último da educação social é a realização da vida de cada sujeito e da humanidade. Trazemos como pressuposto que cada educador é um militante comprometido com a emancipação. Possui uma vivência de politicidade. Não é nosso objetivo formular teoria pela teoria, mas buscar ferramentas de intervenção, para transformar o contexto social.

É no centro dos conflitos humanos, políticos e sociais, que ocorre a práxis do educador social, uma vez que seu projeto político-pedagógico é incluir as vítimas da desigualdade social e da privação de direitos e da liberdade. Sua atuação é marcada por um processo de intervenção, em vista da construção de um tecido social democrático. Isso requer de todos a capacidade de sonhar, de ler, interpretar e perceber as manhas e artimanhas do sujeito, da sociedade, do mercado e das instituições que têm violado os direitos da vida humana.

A práxis da educação social envolve sujeitos que se descobrem em relações permeadas de “[...] expectativas, desejos, frustrações, a tensão permanente entre prática e teoria, entre liberdade e autoridade, cuja exacerbação [...] não pode ser aceita numa perspectiva democrática, avessa tanto ao autoritarismo quanto à licenciosidade” (FREIRE, 1994, p. 109-110). Uma pedagogia emancipadora é um projeto complexo, multifacetário e aberto.

### **APRENDER PARA TRANSFORMAR O COTIDIANO E A HISTÓRIA**

A práxis do educador social expressa uma concepção de mundo, um tipo de engajamento. Seu processo de formação pressupõe a interação de aspectos biológicos, culturais e emocionais, com suas variáveis sociais, espirituais, econômicas e afetivas. Essas considerações nos levam a tomar como base algumas reflexões sobre o conhecimento científico e o sentido da práxis do educador, para trazer à tona alguns retratos da realidade.

A questão social, no mundo globalizado, recoloca a problemática da aprendizagem. Nesse contexto, o educador constrói um conhecimento que tende a ajudar a humanidade a encontrar formas de superar ou de reduzir o mal-estar individual e social. Na aprendizagem, o indivíduo se forma para a sociedade e a sociedade se forma para ele. Aprender é contatar, apreender, interpretar, interagir, apropriar-se e transformar o cotidiano e a história, não só como quem recebe, mas como ser que atribui sentidos aos acontecimentos e fatos.

Essa é uma das ideias presentes nos textos de Pistrak, Makarenko, Freinet, Vigotski, Freire e outros. Nessa direção, Freire (1994, p. 106) nos orienta para a construção de uma pedagogia coerente com uma perspectiva dialética. Seu

pressuposto é de que, no interior das “[...] relações mundo-consciência-prática-teoria-leitura-do-mundo-leitura-da-palavra-contexto-texto”, a educação não pode se deixar aprisionar por um sistema burocrático que domina a academia e nem por um exercício assistencialista ou complacente dos educadores.

Educadores sociais, dirigentes e técnicos que atuam com a população mais vulnerável não possuem um único texto, uma tábua da lei que responda à realidade dos dramas sociais. As histórias e experiências correm quase paralelas, desacorrentadas, sempre transitando, de modo a acumular na memória, como diz Certeau (1997, p. 206). “[...] mil fragmentos de saber e de discurso que, mais tarde, determinarão maneiras de agir, de sofrer e de desejar”.

Os ambientes em que atuam são carregados de intencionalidade e de compromisso com o bem-estar social e individual, na produção de um saber. Nesse sentido, não “[...] se trata mais de diagnosticar uma suposta defasagem entre os sistemas educacionais e os sistemas sociais, mas justamente de identificar os seus vínculos e correspondências” (TRILLA, 2008, p. 23). À medida que a doutrina de proteção integral se configura em políticas públicas, a educação social adquire maior consistência. Outro elemento são as novas tecnologias, sobretudo as sociais.

Tais princípios estão desenhados na doutrina de proteção integral, em âmbito nacional e internacional, por meio de Declarações, Convenções e Recomendações da Organização das Nações Unidas e dos ordenamentos jurídicos elaborados em cada país, que oferecem fundamentos às políticas públicas. No Brasil, a Lei Orgânica da Assistência (LOAS), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBE), o Estatuto da Criança

e do Adolescente (ECA), de uma forma ou de outra, expressam as Declarações internacionais.

### **ARTICULAR UMA COMPLEXA REDE DE RELAÇÕES**

O gigantismo do desafio que deve enfrentar não pode tirar do educador a capacidade de sonhar e nem a leveza da vida. Um provérbio africano nos ajudaria a compreender melhor essa dinâmica: “Somos gente simples fazendo coisas pequenas em lugar de pouca importância, realizando grandes transformações”. As pequenas coisas, quando circunscritas numa utopia, têm transformado a sociedade. Basta analisar as ações dos educadores sociais em todo o mundo, quer nos movimentos, quer nas pastorais sociais.

Refletir sobre a formação do educador social requer uma visão maior da trama das relações que permeiam esses espaços. Cada um dos agentes está na ponta de uma história muitas vezes feita de desencantamentos e frustrações, cujo resultado, geralmente, é uma sensação de incompletude e, às vezes, de perda do sentido da existência. O encontro entre educador e educando revela uma extrema complexidade, uma vez que articula as esferas da subjetividade e da objetividade.

Nessa relação, dores, carências e sentimentos ganham vida, forma e expressão, subjetividade e objetividade se confundem. Em todo momento, há transferências e contratransferências, buscas de objetos de desejo imaginários e sonhados, nunca alcançados. Nesse sentido, qualquer análise que trate das ações do educador social resiste a compreensões totalizantes ou englobantes. Ela é sempre parcial, pois a vida é dinâmica e teimosa, traz sempre o inesperado.

As práticas de atendimento, mesmo quando capazes de driblar as adversidades, devem ser analisadas dentro dos embates de

classes e das circunstâncias sociais, políticas e religiosas. Dependendo das relações de força entre o trabalho e o capital, da forma de configuração das ONGs e das políticas sociais, a mesma fábrica que produz o bem gera também o mal-estar social.

A dinâmica das questões sociais subverte a lógica mecanicista que busca escamotear as formas de exploração e de banalização da vida humana. Os direitos humanos são manifestações da ética, com a proposta de normatizar e orientar a conduta dos Estados, da comunidade internacional e da sociedade. Eles devem servir à restauração da democracia e à redução das formas de dominação, de exploração e de privação dos bens materiais, sociais e culturais.

Esse contexto é permeado por linhas de fuga presentes no cotidiano que, com seus movimentos de desterritorialização, desestratificação, territorialização e estratificação, deixam emergir oportunidades e estratégias de sobrevivência.

#### **ABERTURA DE CAMINHOS E CAMPO DE ATUAÇÃO DO EDUCADOR SOCIAL**

Refletir sobre o campo de atuação da educação social é perceber que a educação está para além do mercado e das estruturas econômicas e políticas. A educação começa com a vida e termina somente com a morte. A vida inteira é aprendizagem. A educação responde às exigências do mercado, mas sua vocação é a humanização do sujeito e da sociedade. “A educação para além do capital visa a uma ordem social qualitativamente diferente [...]. O papel da educação orientada pela única perspectiva efetivamente viável de ir para além do capital é absolutamente crucial para esse propósito” (MESZÁROS, 2007, p. 220).

Atravessamos um tempo em que, de um lado, as tragédias humanas abrem espaço para outras tragédias; de outro, velhas práticas de solidariedade vão brotando. É um tempo marcado por contradições, por indivíduos, grupos e comunidades que não contam com os requisitos mínimos para atender aos primeiros carecimentos da existência humana. Nunca a humanidade produziu e desperdiçou tanto, como mostram os indicadores apresentados em relatórios oficiais dos Governos e da ONU.

Essas contradições desvelam a crise estrutural do modelo econômico próprio de uma momento de transição de uma para outra ordem social. O grande desafio deste momento é superar a lógica do capital e outras lógicas depredadoras, para elaborar um projeto emancipador.

Devemos ter clareza de que a educação não paira sobre as coisas, mas está intrinsecamente envolvida, arraigada, entranhada nas contradições históricas e por elas tocada. Portanto, a tarefa da educação social é contribuir para a transformação social ampla e libertadora. Se a educação social de per si não emancipa, sem ela dificilmente será possível dar conta dessa tarefa. O educador é educado pela sociedade (MESZÁROS, 2007).

## **REDUZIR AS DESIGUALDADES**

Não dispomos de clareza suficiente para estabelecer uma previsão sobre como será a vida ao longo do século XXI. O que sabemos é que estamos numa era de muitas transformações sociais e tecnológicas que exigem de todos nós e das organizações sociais mudanças atitudinais. Nesse contexto, o papel da educação é formar e preparar seres humanos capazes de confiar e de respeitar o outro, de saber-

ser, saber-fazer, saber-aprender, saber-conviver. Esses princípios devem nortear a formação do educador e dos educandos e estender-se a todas as relações humanas, para expandir a compreensão do mundo e ajudar a responder às transformações e modificações da existência humana.

A questão social, no mundo globalizado, recoloca a problemática da produção e distribuição da riqueza, discutida nos clássicos da sociologia. Nessa realidade é que o educador constrói um conhecimento que tende a ajudar a humanidade a encontrar formas de superar ou de amenizar a desigualdade. Portanto, sua práxis, cujo projeto político-pedagógico é incluir as vítimas da desigualdade social, ocorre num caldeirão de conflitos humanos, políticos e sociais. Conquista e superação de conflitos não rompem a cadeia dos desafios sempre emergentes.

Na era da informação, a educação e a assistência social são as políticas sociais mais requisitadas para satisfazer as necessidades dos excluídos. Elas constituem a expressão de uma reserva de solidariedade em prol da construção do sujeito ético. Pelo fato de promoverem a inclusão do indivíduo no processo produtivo, tornam-se indispensáveis à ascensão social e profissional. Como um direito cuja implementação restauraria a dignidade humana e social, nenhum direcionamento político ou governamental pode ignorá-las. Evidentemente, desde que superem sua feição de bondade aparente e as relações de favoritismos, coronelismos e apadrinhamentos que as acompanham.

Os direitos têm que estar a serviço da vida. Mas, muitas vezes, podem se transformar em direitos de alguns grupos e estruturas econômicas e sociais. Nesse caso, como aprendemos com Marx, Nietzsche e Foucault, são estabelecidos de modo a

escamotear desigualdades social e ocultar a negação da vida. O quadro de mal-estar social brasileiro gerou alguns efeitos perversos, desastrosos para o sistema educacional.

## DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO SOCIAL

As crises no tecido social e na educação têm raízes nas estruturas históricas e econômicas, portadoras de um projeto político de exclusão e de dominação. Tal projeto constitui um desafio para a educação. Uma demanda explosiva de alunos, sem adequação da rede física, dos materiais didático-pedagógicos e dos recursos humanos, é resultado de um pseudoprocessos de democratização.

Professores insuficientemente preparados e mal remunerados se veem forçados a multiplicar as jornadas de trabalho em detrimento da qualidade do exercício profissional. Por outro lado, escolas particulares do ensino fundamental e médio aproveitam a oportunidade para atender às camadas médias e às elites e prepará-las para a presença maciça nas universidades públicas, verdadeiros “[...] desaguadouros do intencional *apartheid social* implementado pelas elites econômicas” (CORTELLA, 1998, p. 13).

Problematizar a questão pedagógica permite considerar como a maioria dos especialistas em educação erra ao desconsiderar a realidade social das crianças das famílias em situação de vulnerabilidade. Algumas pedagogias de fachada progressista reduzem a situação de mal-estar das crianças à família. Acreditamos que precisamos ultrapassar essa perspectiva. O mal-estar da infância e da adolescência não é somente de origem familiar. É uma questão de classe e de etnia. Quando o foco se fecha na família e no Direito, escamoteia essas questões.

É no contexto da desigualdade socioeconômica e cultural brasileira que o educador deve construir um conhecimento que sirva como um dos braços de saída das mazelas geradas pela posse e retenção injusta de bens, produtos e equipamentos. Por esse aspecto, a educação aparece como uma oportunidade e uma moeda de troca.

Aparente ou não, a reação contrária ao fracasso da escola criou condições para a organização de programas sociais destinados a crianças e adolescentes que não se integram no sistema escolar ou dele foram excluídos. A importância de uma pedagogia social que dê conta dessa demanda tem sido objeto de discussão de autores como Silva (1998, 2006), Caliman (2006) e Graciani (1997). O sujeito da pedagogia social está inserido em condições sociais desfavoráveis ou próprias de situações de risco ou de vulnerabilidade.

A pedagogia social tem contribuído para influenciar o processo de transformação dos programas e a superação das práticas assistencialistas. Ela intervém nos espaços e nos acontecimentos não propriamente educativos, transformando-os em possibilidades educacionais. Paulatinamente, esses programas vêm-se transformando em políticas públicas.

Atualmente, a pedagogia social parece orientar-se sempre mais para a realização prática da educabilidade humana voltada para pessoas que se encontram em condições sociais desfavoráveis. O trabalho do educador social emerge, pois, como uma necessidade da sociedade industrializada, enquanto nela se desenvolvem situações de risco e mal-estar social que se manifestam nas formas da pobreza, da marginalidade, do consumo de drogas, do abandono e da indiferença social. A pedagogia social se realiza especialmente dentro de intervenções educativas intencionais e não formais, e é organizada fora das normais agências educativas como aquela escolar e

familiar, embora não exclua essas duas instituições de sua metodologia (CALIMAN, 2006, p. 19).

A pedagogia social reúne as condições para produzir um conhecimento que pode contribuir para a emancipação da humanidade e, ao mesmo tempo, contrapor-se ao discurso da educação instrumental de cunho mecanicista, bem como da fragmentação das dimensões do ser humano. Entendemos que a construção do conhecimento se circunscreve nas contradições da vida humana, sem desvincular o homem da natureza, da história, do cotidiano e da vida.

Fundada na dialeticidade, a pedagogia social tem por objetivo construir um projeto de conhecimento voltado para o esclarecimento, a clarificação e a ilustração das relações humanas e sociais. Desse modo, ela assimila e transforma conhecimentos acumulados. De fatro, a realidade irrompe contra as teorias que não levem em consideração a processualidade da vida. A ciência tem que ser produzida com consciência e compromisso, refletida nas atividades de homens e mulheres, pois

[...] o ser não pode ser separado do pensar, o homem da natureza, a atividade da matéria, o sujeito do objeto; se se faz essa separação, cai-se em uma das muitas formas de religião ou na abstração sem sentido. Colocar a ciência na base da vida, fazer da ciência a concepção do mundo por excelência, a que liberta os olhos de qualquer ilusão ideológica, que põe o homem em face da realidade tal como ela é, isso significa recair no conceito de que a filosofia da práxis tenha necessidade de sustentáculos filosóficos fora de si mesma (GRAMSCI, 1984, p. 70).

Nesse sentido, as categorias explicativas devem sempre ser reinventadas, para que não se perca a compreensão da realidade, em áreas do conhecimento que se desenvolvem a partir das experiências. A educação social tem, na atualidade,

um vigor que consegue recriar e dar sentido às ideias “fora do lugar e mortas”. Traz essas ideias para o bojo da vida e propicia ao educador criar outras categorias.

Qualquer conhecimento desvinculado das necessidades da existência humana está condenado ao engessamento, ao envelhecimento, com o que pode levar educadores, gestores de políticas públicas e intelectuais a ações equivocadas. No campo da pedagogia social, o conhecimento é prático, porque tende a emergir de uma experiência prática, por meio da qual se pode entrar em contato com uma realidade mais ampla.

Pela ótica da pedagogia social, a educação é uma síntese de múltiplas determinações. Essa afirmação pode nos levar à inferência de que a dificuldade de aprendizagem de uma criança, de um adulto, de um jovem deve ser apanhada não por um único fator, mas por uma constelação de fatores, desde a história do próprio indivíduo, ao desejo, ao meio ambiente, às relações afetivas, aos aspectos biológicos. Entre esses fatores, podemos evidenciar um fator determinante, sem transformar o educador e o educando em objetos de convicções teóricas.

### **POTENCIALIZAR O SUJEITO**

No decorrer da história, as transformações sociais e tecnológicas tornaram mais precária a convivência humana. Ao tomar como foco de atuação os espaços sociais pela perspectiva de potencializar o sujeito nas relações humanas, a pedagogia social tende a contribuir para democratizar essas relações. Isso requer do educador e do educando uma abertura para um processo de reflexão sobre as diferenças e de aceitação delas, bem como a consciência de que ninguém é dono da verdade.

Na convivência humana, podem se consolidar a criatividade e a descoberta das diferenças como potencialidades para se granjear uma sociedade pautada nos direitos humanos. Nesse processo, o indivíduo se forma para a sociedade e a sociedade se forma para ele, dentro da ideia marxista de que o ser humano faz a história e esta o faz.

A educação social busca desenvolver no sujeito a politicidade como uma habilidade humana de saber pensar, agir e intervir na busca de espaços de autonomia individual e coletiva.

Ser político é aquele que sabe planejar e planejar-se, fazer e fazer-se oportunidade, constituir-se sujeito e reconstruir-se de modo permanente pela vida afora, conceber fins e ajustar meios para os atingir, exercer sua liberdade e, sobretudo, lutar contra quem queira limitar, gestar-se cidadão capaz de história própria, aprender de modo reconstrutivo político. Pois, 'quem sabe, faz a hora; não espera acontecer'. Politicidade não se reduz à capacidade de alargar limites dados, inclui aquela de se confrontar com os limites impostos, ou de superar os entraves pela via precípua de auto-superação. Trata-se de processo interminável de conquista, como é participação (DEMO, 2003, p. 30).

Acreditamos que o homem não pode desvendar a si mesmo e ao mundo senão por meio de conflitos e de resistências que as circunstâncias lhe impõem. Cada novo obstáculo ou dificuldade superado leva o sujeito a se conhecer melhor, bem como a conhecer o mundo. O sujeito não é anterior às relações com o outro, com o mundo e com o planeta. À medida que um destes se altera, também o outro se modifica. Por essa perspectiva, tudo que é sólido pode se esvanecer a qualquer momento. Não se educa apenas pela transmissão de conhecimentos. É necessário saber aplicá-los para alterar a realidade social (GIDDENS, 2000, p. 159).

A formação do educador social é permanente e acontece, sobretudo, na práxis, em todos os momentos da vida, na construção da condição humana. Sua formação é contínua, uma vez que cada encontro com o outro ou com as questões cotidianas produz alterações nas formas de pensar, de agir e de ser. O conhecimento cristalizado massacra a incerteza e o novo e, muitas vezes, conduz à indiferença.

A práxis do educador social permite ressignificar conhecimentos adquiridos e apreender novos conhecimentos. Na construção do conhecimento, “[...] compreender é modificar-se, é ir além de si mesmo” (SARTRE, 1967, p. 20). Percebe o educador social que a história, a biografia e a realidade das crianças e dos adolescentes, no abrigo e fora dele, escapam ao saber e aos conceitos cristalizados. O educador deve ter uma postura de engajamento e de abertura para o novo, agir entre a certeza e a incerteza.

A atividade do educador é mais do que uma função, não se resume a práticas, mas são práxis e requerem uma ação político-pedagógica. Nesse sentido, o educador desenvolve habilidades próximas ao que Gramsci caracterizou de intelectual orgânico. Ele deve ajudar a criança, sua família e a comunidade a encontrar o sentido da existência humana e a transformar essa experiência em conhecimento e valores para comunicar à sociedade.

## QUALIDADE DA FORMAÇÃO

Pensar a formação do educador significa buscar a solução de uma parcela dos problemas existentes nas instituições cuidadoras e educacionais de crianças e adolescentes abandonados, vítimas de maus-tratos e de violações de direitos, ou em conflito com a lei. O educador tende a ajudar o

Conselho Tutelar, o juiz e as autoridades públicas a constituírem ou a aperfeiçoarem uma rede de proteção. Nessa relação de idas e vindas, o educador também se descobre e ressignifica o sentido de sua existência. Ele não é um ser absoluto, detentor de uma verdade, mas alguém em busca, que deseja acertar e também comete equívocos.

É preciso tomar cuidado diante da tendência de transformar a formação do educador numa panaceia que responda a todos os desafios do processo educacional da população marginalizada. A qualidade da formação do educador é fundamental, mas, por si só, não resolve todos os problemas existentes nas instituições e nas relações humanas. A formação do educador, por si só, não suplanta o processo de exclusão e de desigualdade social no Brasil, nem as sequelas dos sofrimentos da criança e do adolescente.

Buscamos compreender os fenômenos na ponta de uma síntese de múltiplas determinações, para evitar reducionismos, por exemplo, ver o educador como um ser deformado por uma perspectiva angelical. O educador social é um ser humano, com seus limites e sofrimentos, talvez os mesmos das crianças e suas famílias, ainda que deva permanecer como mediador de conflitos, emoções, sentimentos e expectativas. Isso se pode observar no depoimento de uma educadora social de um abrigo da Região Oeste da cidade de São Paulo:

O educador social tem que ter um olhar amoroso, completado com as técnicas, precisa estabelecer e, ao mesmo tempo, superar a tensão entre a técnica e o compromisso amoroso. A junção desses dois elementos desorganiza e reorganiza o cotidiano, permite aos envolvidos transformar o dia a dia de perdas, de tristezas, desânimos, desencantamentos e angústias em projetos que levem todos ao protagonismo. O educador que tem um olhar amoroso sente raiva também. Tem dia que não

suporte olhar nem para as crianças e nem para suas famílias, e nem para ninguém. Tem dia que acordo com vontade de brigar com todos os dirigentes e com todo o mundo. É duro perceber que, às vezes, ninguém compreende o que você está fazendo. Às vezes, nem as crianças e nem os adolescentes. Mas, depois, recorro a minha memória e vejo ou me lembro das experiências descritas e narradas por pessoas como Paulo Freire, Makarenko e outros. Aí olho para as histórias e o sofrimento das crianças e adolescentes do abrigo, e é como se eu encontrasse o sentido de viver. É como se seu encontrasse uma força para realizar os meus projetos. A esperança brota do meu cotidiano. Os textos que estudei na faculdade ganham uma outra compreensão. Hoje, tenho dificuldade de responder como se dá a formação do educador social. Só posso afirmar uma coisa: ela acontece no dia a dia da vida. As teorias ganham sentido na vida (ROSA, educadora do abrigo “Rosa dos Ventos”, nome fictício).

Uma relação entre o depoimento de Rosa e o cotidiano do educador permite inferir que o projeto pedagógico deve sempre emergir da situação da existência humana. As relações, quando dinâmicas, levam em conta as emoções, a realidade social e o cotidiano e permitem superar processos de coisificação. A práxis do educador social ajuda a redescobrir o sentido criador do sujeito. A miséria da pedagogia consiste em transformar o sujeito em uma coisa ou em objeto de terceiros. Na história, essa pedagogia sustentou o confinamento de milhares de pessoas, com o objetivo de defender o modelo econômico e social vigente.

Uma pedagogia emancipadora se preocupa com a formação do educador social um pouco pela perspectiva de Rosa. Na vida, “[...] os textos que estudei na faculdade ganham uma outra compreensão”. Não existe uma educação no vazio. Todo ato

educacional ocorre na relação. Por essa razão, a educação “[...] é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate, a análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa” (FREIRE, 1981, p. 96).

O ato de educar coloca o educador sempre no centro dos conflitos. Cada conflito superado é uma conquista que, porém, abre espaço para outros conflitos. O educador consciente de sua politicidade sabe planejar e fazer de cada acontecimento uma oportunidade. A politicidade do sujeito consiste em desenvolver as habilidades do conhecimento e da aprendizagem. É nesse sentido que podemos utilizar a noção do transfazer do sujeito. O educador que não consegue ressignificar sua história e ajudar os alunos a fazê-lo tem tudo para fracassar na missão de educador social.

A construção do conhecimento requer a interação entre sujeito, objeto, realidade e compromisso ético, seja consigo, seja com o outro e com o planeta. A ciência sem consciência é cega. É assim também a consciência sem ciência.

Tenho a paixão em construir um mundo melhor, no qual os homens possam encontrar a felicidade e a alegria de ser. Acredito que a ação que desenvolvo no abrigo, como educadora social, me permite realizar esse sonho de um mundo melhor. Durante a vida, descobri que não melhora apenas a vida do outro, mas, nessa relação, altero a minha vida. Acredito que hoje tenho uma vida mais humanizada. Eu comecei trabalhando no abrigo, com o objetivo de educar as crianças e adolescentes. Hoje eu sei que foram eles que me humanizaram. A formação ocorre na prática, na ação. O que estudei na faculdade foi importante. Mas compreendi as teorias a partir do contato com a ação. Acredito que o educador social se descobre na interação de pessoas e do grupo. Na relação com o outro, descobri a

novidade da vida. Portanto, educar no abrigo significa ser um gestor da relação entre o sofrimento das crianças e adolescentes e o próprio sofrimento. O educador não tem o papel de acabar com o sofrimento no abrigo, mas o de aprender e de ajudar todos a se apropriarem do sofrimento, não como um bloqueador das potencialidades e habilidades de cada um. O papel dele é desenvolver um processo humanizador. Não sou favorável ao sofrimento, mas, uma vez que se encontra em nosso cotidiano, devemos utilizá-lo como uma estratégia para o aprendizado. Esta forma de pensar não amortece os conflitos, mas coloca o educador no centro dos conflitos. A diferença do educador social é que ele tem mais condições de lidar com os conflitos do que as crianças e adolescentes. Às vezes, os abrigados nos ensinam melhor a lidar com os conflitos e sofrimentos do que nós mesmos. (MARTA, educadora do abrigo 'Rosa dos Ventos', nome fictício).

Na fala de Marta, há uma certa tendência a superar a dicotomia entre a técnica e a consciência. A ação sem consciência é cega, assim como o é a consciência sem a ação. Na base da práxis estão os paradoxos, as contradições, conflitos, valores, sentidos, ideologias, escolhas, que dificultam a ação pedagógica. O educador social não deve se deixar direcionar somente pelas necessidades aparentes, mas sempre perguntar o que está por detrás de sua ação e ajudar os envolvidos a construírem um novo caminho.

A autonomia do sujeito e sua interdependência lhe permitem encontrar e traçar caminhos de emancipação. Mais do que uma sistematização conceitual e teórica, o sujeito em construção é crivado pelas questões sociais. Produto e produtor da sociedade, ele pode ser definido como um conjunto de ações articuladas com o mundo, dotado de autonomia, apesar das condições externas, cujas atividades estão sempre voltadas

para um objetivo. Sem essa perspectiva, ele nada é. O sujeito é “[...] totalmente penetrado pelo mundo e pelos outros” (CASTORIADIS, 1986, p. 128).

As ações do sujeito são encaminhadas dentro desse movimento que joga o indivíduo para o encontro do outro e lhe propicia condições para a autodescoberta. Nesse sentido, o sujeito não é aquele que se produz a partir de uma criação voluntarista, livre de influências externas, ou que é comandado por um movimento externo, mas aquele que interage no cotidiano. Entretanto, a ação como produto de uma intencionalidade do educador pode alterar a sua vida e a do educando.

Nas atividades desenvolvidas pela pastoral do menor e da criança, pelo movimento das meninas e meninos de rua, os conselhos municipais dos direitos da criança e do adolescente, os conselhos tutelares, as entidades sociais e os educadores sociais que conseguem fazer de sua ação uma prática de intervenção têm alterado significativamente os espaços de atendimento à criança e ao adolescente. Sua atuação tem contribuído para a construção de um conhecimento democrático e emancipador.

## AS PRÁTICAS SOCIAIS E O EDUCADOR

O Brasil é rico em experiências de pequenas práticas de justiça. Lembramos os quilombos, Canudos, contestados, os movimentos dos sem-terra, dos meninos e meninas de rua, de mulheres, da cidadania contra a fome e a miséria e as pastorais sociais. São exemplos de aprendizado da rebeldia, da reinvenção da vida, da redescoberta do amor, que impulsionam a buscar formas de reinventar a liberdade. Isso é essencialmente importante, pois a exploração desumaniza oprimidos e oprimidos, impede a expansão da capacidade de

amar e de ser amado, de sonhar, de desejar e ser desejado, de formular projetos, de desenvolver potencialidades.

O educador social constitui uma referência para aqueles que passaram por uma experiência histórica de degradação de valores e vivenciaram uma das experiências mais duras para o ser humano, que é o abandono. O *locus* de sua atividade, carregado de atitudes e comportamentos fundados na irracionalidade própria daqueles que sofreram experiências de abandono e rejeição, pode ampliar as possibilidades e oportunidades de autoconhecimento e descoberta, de harmonia e unidade entre corpo e alma, razão e desejo.

Para que isso ocorra, é importante a assimilação, a apropriação e a transformação da frustração, sua superação pelo amor. Nesse sentido, podemos afirmar que o sujeito é aquele

[...] que consegue sonhar e ter um olhar antitrágico, que se apropria de sua história como motivação para um projeto de vida e luta para transformar sua realidade de morte em vida. Cada sujeito inventa e cria sua história. Quem não consegue sonhar e esperar, mesmo com ajuda de outras pessoas, talvez não supere suas tragédias. Os sonhos e o olhar antitrágico alocados no sujeito necessitam, para concretizar-se, das formas de navegar e das variáveis de manobras da exterioridade. Nessa perspectiva, os programas sociais têm como objetivo ajudar a criança e o adolescente, que são definidos como um feixe de pulsões e de imaginação, a serem sujeitos, autônomos, capazes de agir e de 'ser agidos', de comandar e de ser comandados, de '[...] aprender a aprender, aprender a descobrir, aprender a inventar' (Castoriadis, 1992:156), aprender a extrair energia das adversidades. Essa visão extravasa a simples interiorização das normas, regras e instituições. É também transformá-las. Este é o papel do sujeito (SOUZA NETO 2002, p. 172).

Na formação do educador, a pedagogia social assume o papel de retomar qualidades humanas perdidas ou deixadas à margem da história e de repensar concepções e práticas daqueles que, muitas vezes, se rebelam contra processos de exploração e são tratados como delinquentes e criminosos. O educador se encontra perante o desafio de ajudar a elaborar projetos pessoais e sociais que recuperem toda uma cadeia de perdas e danos pessoais e sociais.

Daí a importância de dirigir ao educando um olhar humano, para ajudá-lo a apropriar-se dos fatos e acontecimentos e transformá-los, a partir de uma visão antitragica, não se deixando conduzir por eles, mas, ao contrário, conduzindo-os. Esse princípio visa à criação do sujeito consciente de seus direitos de cidadania, inserido no contexto social. O sujeito sabe dialogar com o mundo em sua complexidade. Um dos objetivos das estratégias vivenciadas no dia a dia é a aprendizagem do uso do acaso, do sofrimento, da desilusão e da decepção, como também da energia e da inteligência dos inimigos, em benefício pessoal e do grupo.

Acredita-se que o sujeito sempre pode mudar a si mesmo e ao outro. Não existe uma explicação única e um único fator determinante da mudança, mas vários fatos e interpretações para ela. Por essa ótica, o educador social deve transformar em ato pedagógico e político o amor pelas crianças e adolescentes. Os programas sociais são chamados a ser espaços saudáveis para acolher a criança e o adolescente abandonados e impulsioná-los a dar sentido à vida, a elaborar projetos de vida, a praticar experiências de solidariedade e a viver a cidadania, sem se transformarem em instrumentos que impeçam os usuários de ser solidários, protagonistas e cidadãos.

Desvelar a práxis do educador social a partir da razão da pedagogia social permite compreender melhor a dinâmica da história e da convivência humana e os valores da humanidade. Quando a educação se deixa reger apenas pela batuta da razão instrumental, o impacto do irracionalismo pode conduzir a humanidade à barbárie. Pedagogias orientadas por uma rotina burocrática,

[...] sem dissolvê-la na totalidade essencial, explicitada da objetividade econômico-social, assumem também esse tipo de racionalidade como único parâmetro. E, com isso, empobrecem decisivamente as várias esferas da vida [...]. Essa miséria da razão transforma em algo irracional todos os momentos significativos da vida humana (COUTINHO, 1972, p. 29).

A socialização e a convivência humana, reduzidas a padrão social e comportamental, acabam por limitar a vida humana a um conjunto de normas. Há necessidade de se revisitar e elaborar uma adequação dos paradigmas, de modo a repensar indagações e práticas sociais, como as que foram feitas por Rousseau, Hegel, Marx, Lukács, Gramsci, Dussel, Freire, Popper, Feyerabend e Khun. O que defendemos é assimilar, transformar e superar conhecimentos acumulados, em vista da proteção e da garantia da vida e do planeta.

Finalmente, temos a convicção de que este texto apresenta alguns apontamentos para pensarmos uma epistemologia da pedagogia social. Desejamos, também, apontar que ela deve sempre estabelecer uma reflexão crítica para não se deixar enredar pelas armadilhas do senso comum e pelos sofismas do mercado e da política. Seu compromisso é com o bem-estar da humanidade e não de grupos que visam à exploração dos seres humanos e de todos os viventes.

**ABSTRACT**

The context of activity of the social educator, characterized for the action of organized and ideological groups, religious and politics disputes, experiences of injustice, losses and frustrations, requires his ability to intervene pedagogically in the reality and mediate relations, in order to open perspectives for individual and social development. The educator transmits norms and values, but also he acts in the direction to prepare to overcome conflicts, sufferings and tensions. His creative ability and way of intervention constitute a social fabric that helps to understand and to extract liberating forces of a multiform, contradictory and challenging reality. We believe that social pedagogy is the most suitable area of knowledge in order to prepare the social educator.

**Keywords:** Social educator. Social pedagogy. Liberating forces.

**REFERÊNCIAS**

- 1 ARAÚJO, J. N. G. de. **Figura paterna e ordem social**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- 2 ARON, Raymond. **Raymond Aron na UNB**. Brasília: UNB, 1982.
- 3 BOWLBY, John. **Formação e rompimento dos laços afetivos**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- 4 CALIMAN, Geraldo. **Paradigmas da exclusão social**. Brasília: Unesco, 2006.
- 5 CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

- 6 CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- 7 CASTORIADIS, Cornelius. **Feito e a ser feito: as encruzilhadas do labirinto**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- 8 CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1996-1997. v. 1 e 2.
- 9 COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e política**. São Paulo: Cortez, 1994.
- 10 DELEUZE, Gilles. **Empirismo e subjetividade**. São Paulo: 34, 2001.
- 11 DEMO, Pedro. **Pobreza da pobreza**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- 12 FREINET, Célestin. **A educação do trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- 13 FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- 14 FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- 15 FROMM, Eric. **A arte de amar**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1971.
- 16 GIARD, Luce. História de uma pesquisa. In: CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- 17 GRACIANI, Maria Stela S. **Pedagogia social de rua**. São Paulo: Cortez, 1999.
- 18 HELLER, A. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

- 19 LÉVY, André. **Ciências clínicas e organizações sociais: sentido e crise de sentido.** Belo Horizonte: Autêntica-FUMEC, 2001.
- 20 LUKÁCS, G. **Existencialismo ou marxismo?** São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- 21 MESZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico.** São Paulo: Boitempo, 2007.
- 22 OUTEIRAL, José et al. (Org.). **Winnicott: seminários paulistas.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.
- 23 PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar.** São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.
- 24 PISTRAK, M. **Fundamentos da escola do trabalho.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- 25 REY, Fernando G. **Sujeito e subjetividade.** São Paulo: Thomson, 2003.
- 26 ROMANS, M.; PETRUS, A.; TRILLA, J. **Profissão educador social.** São Paulo: Artemed, 2003.
- 27 SARTRE, Jean-Paul. **Questão de método.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- 28 SILVA, Enid Rocha Andrade da (Coord.). **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil.** Brasília: Ipea/Conanda, 2004.
- 29 SILVA, R.; MOURA, R.; SOUZA NETO, J. C. de (Org.). **Pedagogia social.** São Paulo: Expressão & Arte, 2009.

- 30 TRILLA, Jaume. A educação não-formal. In: ARANTES, Valéria A. **Educação formal e não-formal**. São Paulo: Summus, 2008.
- 31 TRILLA, Jaume. **Animação sociocultural**. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.
- 32 WINNICOTT, D. W. **Privação e delinquência**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

**Recebido em: 15-6-2010**

**Aprovado em: 22-7-2010**